

# A extensão dos efeitos de sentenças a casos idênticos no contencioso administrativo

JOÃO TIAGO SILVEIRA<sup>1</sup>

## 1. Objeto e introdução

O presente artigo aborda o mecanismo da extensão dos efeitos de sentença a casos idênticos, previsto no artigo 161º do Código de Processo nos Tribunais Administrativos (CPTA) e introduzido pela Reforma do Contencioso Administrativo.<sup>2-3</sup>

<sup>1</sup> Docente da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa e consultor da Morais Leitão, Galvão Teles, Soares da Silva & Associados.

<sup>2</sup> Lei nº 15/2002, de 22/2, retificada pela Declaração de Retificação nº 17/2002, de 6/4, alterada pela Lei nº 4-A/2003, de 19/2, pela Lei nº 59/2008, de 11/9, e pela Lei nº 63/2011, de 14/12.

<sup>3</sup> Sobre a matéria, veja-se Almeida, Mário Aroso de – A execução das sentenças no anteprojecto de reforma do processo nos tribunais administrativos *in* Reforma do Contencioso Administrativo, vol. I (O debate universitário – trabalhos preparatórios), Coimbra, 2003, págs. 525 e segs.; Almeida, Mário Aroso de e Cadilha, Carlos Alberto Fernandes – Comentário ao Código de Processo nos Tribunais Administrativos, 3ª ed., Almedina, 2010, págs. 1047 e segs.; Amaral, Diogo Freitas do e Aroso de Almeida, Mário – Grandes Linhas da Reforma do Contencioso Administrativo, Almedina, 2002, págs. 106 e segs.; Andrade, José Carlos Vieira de – A Justiça Administrativa, 11ª ed., Almedina, 2011, págs. 349 e segs.; Antunes, Luís Filipe Colaço – O artigo 161º do Código de Processo nos Tribunais Administrativos: uma complexa simplificação, Cadernos de Justiça Administrativa, nº 43, 2004, págs. 16 e segs.; Cadilha, Carlos Alberto Fernandes – Dicionário de Contencioso Administrativo, Almedina, 2006, págs. 268 e segs.; Gomes, Carla Amado – O “caso decidido”: Uma instituição (ainda) do nosso tempo? Reflexões a propósito do artigo 161º do CPTA *in* Cadernos de Justiça Administrativa nº 70, 2008, págs. 16 e segs. e Textos Dispersos de Direito do Contencioso Administrativo, AAFDL, 2009, págs. 533 e segs.; Oliveira, Rodrigo Esteves de – Processo Executivo: Algumas Questões *in Studia Juridica* nº 86 – A Reforma da Justiça Administrativa, Coimbra, 2005, págs. 260 e segs.; Silveira, João Tiago – A Reforma do Contencioso Administrativo, Revista Jurídica, AAFDL, nº 25, Abril 2002, pág. 460; Silveira, João Tiago e Mac Crorie, Benedita – Notas sobre a discussão pública da Reforma do Contencioso Administrativo, Revista Jurídica, AAFDL, nº 24, Abril 2001, pág. 638.